



Constitucionalista defende que a marcação de eleições pelo PR pressupõe que os resultados indiquem uma alternativa de governo clara

# Saídas constitucionais para a crise

Rui Medeiros

**1** O mal está feito. Depois dos episódios dos últimos dias, em que assistimos incrédulos às querelas no seio da maioria, Portugal é cada vez mais nevoeiro e segue a passos largos a perigosa rota da Grécia. Mas, perante a gravíssima crise que atravessamos, há que encontrar respostas.

A questão é política. A Constituição não impõe nenhuma solução — por uma vez, a culpa não é do texto constitucional. As saídas constitucionais para a crise podem, basicamente, passar pela rutura — ou seja, por uma alternativa que envolva a substituição do primeiro-ministro — ou pela continuidade — mantendo-se Passos Coelho como líder do Governo.

**2** Realisticamente, qualquer opção de rutura, num quadro em que o primeiro-ministro não se demite, obrigará o Presidente da República a dissolver o Parlamento e a convocar eleições.

As outras alternativas constitucionais dificilmente são aplicáveis à presente crise política. De facto, não é previsível que o Parlamento aprove uma moção de censura por maioria absoluta. Para isso, seria necessário que o CDS/PP votasse, com os seus 24 deputados, ao lado da esquerda (que tem 98 deputados), a queda do Governo. A simples abstenção do CDS/PP já inviabiliza a moção de censura, uma vez que o PSD, sozinho (com 108 deputados), tem mais deputados do que toda a esquerda junta.

Cavaco Silva pode, é certo, optar por demitir o Governo sem dissolver o Parlamento. Porém, a demissão do Governo pelo Presidente só é constitucionalmente admissível se for necessária para assegurar o regular funcionamento das instituições democráticas. Além disso, qualquer governo, mesmo os tão falados governos de iniciativa presidencial, só subsiste se não houver uma maioria parlamentar que se oponha a uma tal solução. Logo, para que um governo de iniciativa presidencial não fosse um governo efémero, com uma morte próxima anunciada, seria preciso que os deputados do PSD aceitassem tirar o tapete a Pedro Passos Coelho ou que houvesse uma concertação

entre o CDS/PP, o PS e os partidos de esquerda radical.

Daí que, se quiser avançar para um cenário de rutura, Cavaco Silva tenha de dissolver o Parlamento e convocar eleições. Pode fazê-lo livremente. Nesse caso, a Constituição exige apenas que as novas eleições se realizem nos sessenta dias seguintes. Isto significa que a hipótese de ter eleições legislativas na data das eleições autárquicas (agendadas para daqui a quase três meses) obrigaria a adiar a dissolução...

**3** As soluções de continuidade passam por manter o atual primeiro-ministro. Para o efeito, e uma vez que a coligação em si mesma não é relevante do ponto de vista constitucional, mesmo que todos os membros do Governo indicados pelo CDS/PP decidissem sair do Governo, nem sequer seria necessário formar um novo governo. Bastaria que houvesse uma remodelação governamental seguida, por exemplo, da apresentação de uma moção de confiança. Em qualquer caso, neste cenário, teria de haver pelo menos um acordo parlamentar entre o PSD e o CDS/PP que viabilizasse esta opção.

**4** Dissolução e novas eleições ou manutenção do atual Governo, com remodelação são, pois, as duas respostas possíveis que a Constituição oferece ao Presidente da República. A decisão agora é política.

A via da dissolução há de pressupor que seja previsível que os resultados eleitorais ofereçam uma alternativa de governo clara. Jorge Sampaio acreditou que, pondo termo ao governo de Pedro Santana Lopes, era possível uma maioria absoluta do PS. Será que, no atual contexto político, com a tendência para o crescimento da esquerda radical, o PS conseguiria vencer as eleições com maioria absoluta? Se não for o caso, como se evitaria o calvário de um governo sem maioria? E, continuando Portugal amarrado à *troika*, um novo governo significaria a adoção de uma nova política?

Por outro lado, numa fase em que os portugueses sentem cada vez mais a dureza e a gravidade da crise, conseguirão PSD e CDS/PP encontrar um compromisso estável para os próximos dois anos? Será que, depois do espetáculo desta semana, haverá condições para refundar a atual maioria parlamentar?

A opção política depende, em larga medida, da resposta que se der a estas questões...



ILUSTRAÇÃO CRISTINA SAMPAIO